



***CAMINHOS DE PAPEL: AÇÃO EDUCATIVA DE RESSIGNIFICAÇÃO DA
TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES SOCIALMENTE VULNERÁVEIS***

***RUTAS DE PAPEL: ACCIÓN EDUCATIVA PARA RESIGNIFICAR LA
TRAYECTORIA DE VIDA DE ADOLESCENTES SOCIALMENTE
VULNERABLES***

***PAPER PATHS: EDUCATIONAL ACTION TO RESIGNIFY THE LIFE
TRAJECTORY OF SOCIALLY VULNERABLE ADOLESCENTS***

Marcelo Rodrigues Batista¹

Divina Lúcia de Souza Medeiros²

Adriana de Souza Medeiros Batista³

RESUMO

Apresenta-se experiência de ação educativa iniciada em centro socioeducativo, com adolescentes em cumprimento de medida em regime fechado. Depois, a mesma foi repetida em escola quilombola, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS), com adolescentes em situação de vulnerabilidade social e cumprindo medida socioeducativa em regime aberto. Aborda metodologia baseada na construção coletiva de uma história que remete a uma viagem, registrada em diário de bordo, transformada em livreto, com ilustração baseada em origamis. Traçou-se um comparativo entre as produções oriundas dos quatro cenários. Está estruturado em discussão acerca do papel da escola e da assistência social, como parte da rede de proteção à criança e ao adolescente. Através do percurso de execução da ação foi possível vislumbrar diferenças nas relações estabelecidas entre o Estado (instituições) e os adolescentes da escola e CRAS (proteção), com os em cumprimento de medida socioeducativa (desconfiança).

PALAVRAS-CHAVE: Educação. SUAS. SINASE. Adolescentes

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

² Especialista em Orientação Pedagógica. Escola Estadual Murgy Hibrain Sarah, Santa Luzia, Minas Gerais, Brasil.

³ Doutora em Ciências e Técnicas Nucleares, Psicopedagoga. Professora no Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

RESUMEN

Presenta una experiencia de acción educativa iniciada en un centro socioeducativo, con adolescentes en cumplimiento de una medida en régimen cerrado. Posteriormente se repitió lo mismo en una escuela de un quilombo, Centro de Referencia de Asistencia Social (CRAS), Centro Especial de Referencia de Asistencia Social (CREAS), con adolescentes en situación de vulnerabilidad social y cumpliendo medidas socioeducativas en régimen abierto. Aborda una metodología basada en la construcción colectiva de una historia que hace referencia a un viaje, registrada en un cuaderno de bitácora, transformada en cuadernillo, con ilustración basada en origami. Realizamos una comparación entre las producciones de los cuatro escenarios. Se estructura en torno a discusión sobre el papel de la escuela y la asistencia social como parte de la red de protección del niño y del adolescente. A través del recorrido de ejecución de la acción, fue posible vislumbrar diferencias en las relaciones establecidas entre el Estado (instituciones) y los adolescentes de la escuela y CRAS (protección), con aquellos en cumplimiento de medidas socioeducativas (desconfianza).

PALABRAS-CLAVE: Educación. SUAS. SINASE. Adolescentes.

ABSTRACT

It presents an experience of educational action initiated in a socio-educational center, with adolescents in compliance with a measure in a closed regime. Afterwards, the same was repeated in a quilombo school, Reference Center for Social Assistance (CRAS), Special Reference Center for Social Assistance (CREAS), with adolescents in socially vulnerable situations and fulfilling socio-educational measures in an open regime. It addresses methodology based on the collective construction of a story that refers to a trip, recorded in a logbook, transformed into a booklet, with illustration based on origami. A comparison was made between the productions from the four scenarios. It is structured around discussion about the role of the school and social assistance as part of the child and adolescent protection network. Through the course of execution of the action, it was possible to glimpse differences in the relations established between the State (institutions) and the adolescents from the school and CRAS (protection), with those in fulfillment of socio-educational measure (distrust).

KEYWORDS: Education. SUAS. SINASE. Teenagers.

* * *

Num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário.

Paulo Freire

Introdução

No Brasil, semelhante ao Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) utiliza a dimensão territorial para uma descentralização federativa com atribuições aos municípios e estados (PNAS, 2004). Sua execução, no entanto, tem particularidades ausentes no sistema de saúde, que se coloca em evidência nas intercessões que possui junto aos princípios da segurança pública e sistema

socioeducativo. Enquanto a necessidade universal de assistência em saúde é percebida de forma intuitiva, a vigilância socioassistencial apresenta contornos segregacionistas, voltando-se para as populações vulneráveis e de grande risco social, prevenindo agravos. Embora bem justificado no enfoque daqueles que necessitam de ação protetiva, ao estabelecer equipamentos e ações em áreas específicas e, ao aliá-las também ao controle dos agravos, além de mediar e conduzir medidas socioeducativas em meio aberto, acaba por regionalizar conflitos e associá-los de forma discriminatória a uma camada social.

O presente trabalho está voltado especificamente à criança e ao adolescente enquanto alvo de atenção protetiva da escola e dos equipamentos do SUAS, especialmente aqueles em conflito com a lei. Problematizam-se os contornos voltados a estigmatização e desconfiança que os serviços são disponibilizados nas regiões de grande vulnerabilidade social. Buscamos inicialmente discutir um eventual caminho que se inicia na escola, na ação conjunta com os conselhos tutelares. Em continuidade, dentro da assistência social, a inserção das crianças e adolescentes em atividades oferecidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o acompanhamento dos casos de violação de direitos desenvolvido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Por fim, o que parece ser a grande quebra entre assistência e controle, efetivada através de medidas de internação socioeducativa.

Trata-se de buscar fundamentos não somente na estruturação das leis que em conjunto abarcam crianças e adolescentes social e economicamente vulneráveis, mas do conjunto de impressões apresentadas pelos adolescentes participantes desta pesquisa, que é utilizado na construção de uma percepção coletiva do acompanhamento do Estado na condução desses enquanto alvo de proteção e/ou autores de atos infracionais. Além disso, busca-se evidenciar o papel da escola na rede de proteção da criança e do adolescente e das ações educativas, dentro e fora dela, para o fortalecer nos mesmos o sentimento de cidadania.

Está construído através da avaliação de uma mesma atividade desenvolvida coletivamente com adolescentes em seus diversos meios sociais: na escola, equipamentos da assistência social e centro socioeducativo. Além de realizar um relato do desenvolvimento da atividade enquanto recurso didático desenvolvido para fortalecimento do indivíduo, ressignificação da trajetória de vida e representação identitária, busca evidenciar diferenças associadas ao grau de envolvimento dos adolescentes no comportamento desviante. A escolha da abordagem veio da experiência

junto ao público-alvo, em encontros pautados na promoção da saúde e oferecidos no contexto da extensão universitária de prevenção da violência.

Buscou também desvelar um sistema de apoio que se apresenta como protetivo, mas também como vigilante. Uma assistência permeada de desconfiança por parte dos adolescentes em conflito com a lei, sendo percebida e verbalizada onde, por fim, assumem a conduta infracional esperada e se justificam nela. Parece ser assim assimilada como trajetória que deve culminar em privação da liberdade, com associação direta ao sistema prisional. A temática é trabalhada buscando identificar um suposto caminho delineado dentro da escola, da assistência social em interface a outros sistemas, além do encontro com os aspectos de segurança demandados nas medidas socioeducativas de privação e restrição da liberdade. Abarca também o papel da distribuição da gerência e execução do sistema socioeducativo e unidades voltadas a ele entre os municípios e o estado, saindo da esfera da assistência social para de segurança pública.

Em último plano o que se busca é compreender o enfoque da abordagem dada ao regime de internação socioeducativa, uma vez que está prevista como processo de ressocialização e, assim, de resgate, mas se apoia em um sistema de segurança que reproduz em menor escala o sistema prisional e seu caráter punitivo. Sendo assim, transcorre de forma coerente ao caminho associado das ações protetivas e a de vigilância/punição, reforçando a desconfiança entre as partes, prestadores de assistência e assistidos.

O SUAS em interface com o Sistema Socioeducativo

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) diferencia Proteção Social Básica da Especial as referenciando ao CRAS e ao CREAS, respectivamente. Assim, o CRAS se apresenta como equipamento de referência para as ações de prevenção de situações de risco, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Já ao CREAS cabe apoiar indivíduos e famílias que já se encontrem fragilizadas e em risco, em decorrência da violação de seus direitos. A definição do local de instalação do CRAS é também prevista para áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social (PNAS, 2004).

Considerando que o CREAS está voltado ao acompanhamento de situações de ameaça ou violação de direitos, assume, adicionalmente e por outra via de atribuições, o

papel de subsidiar o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e definida pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), as medidas colocam em um mesmo espaço vítimas e perpetradores, ações de assistência e de controle (BRASIL, 1990; BRASIL, 2006).

Sem intuito de discutir a adequação da ação simultânea de assistência social e acompanhamento de medidas socioeducativas (MSE), nem das diversas possibilidades gerenciais de distribuição de atividades dentro do CREAS que separe claramente os envolvidos. Cabe aqui somente ressaltar a efetiva participação deste equipamento do SUAS em atender ao SINASE e, assim, refletir os desdobramentos da procura de uma mesma população, a um mesmo equipamento, enquanto vítima e/ou perpetrador de atos infracionais. Também devem ser considerados os desafios para a equipe do CREAS, inicialmente pensada dentro do caráter assistencial, para agregar atividade que oficialmente tem sido desenvolvida no Brasil, e ainda antes do SINASE, dentro de uma lógica de vigilância e punição (BRASIL, 1979).

Ao comentarem sobre a experiência profissional junto aos adolescentes em cumprimento de MSE, os profissionais relataram apreensão e insegurança devido à complexidade dos casos e das situações que atravessam as histórias de vida desses adolescentes e das famílias que chegam ao CREAS. (SILVA, MACEDO, 2020, p. 107).

No CREAS, os profissionais apresentam compreensão da proposta pedagógica do SINASE, dentro de princípios que abarcam ações preconizadas no ECA de responsabilização e resgate. Encontram, contudo, diversos impasses para colocá-la em prática, refletindo a desconfiança observada no trecho transcrito acima, da pesquisa realizada por meio de entrevista com profissionais do CREAS de quatro municípios do norte do Piauí. Os autores sinalizam algumas repercussões da apreensão e insegurança dos profissionais junto aos adolescentes.

Percebe-se, por meio dos relatos, que apesar dos profissionais buscarem orientar suas intervenções nos princípios e normativas do ECA e SINASE, bem como nas orientações dos seus respectivos Conselhos Profissionais, eles acabam pautando suas práticas por ações/iniciativas que recuperam práticas de controle e disciplinarização do adolescente; ações estas que, inclusive, atravessam a história das políticas sociais infanto-juvenis no Brasil com a (re)produção de discursos de base moral marcados pela dualidade entre o que é certo e errado. (SILVA, MACEDO, 2020, p. 111).

Desde a regulamentação das medidas socioeducativas pelo SINASE a execução das medidas com restrição e privação de liberdade fica a cargo dos estados, assim como as medidas de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) são de responsabilidade dos municípios (BRASIL, 2009).

A outra dificuldade refere-se à resistência das instituições para receber os adolescentes em cumprimento de MSE, sejam aquelas em que eles prestarão serviço à comunidade, seja a de âmbito educacional onde estão matriculados. Estudos como Rocha, Linhares e Sousa (2012) e Sanches e Martins (2015) retratam também a dificuldade enfrentada pela equipe e pelos adolescentes em relação a resistência e o preconceito vivenciado nas instituições. Entende-se que isso é reflexo do processo de estigmatização social em relação aos adolescentes em conflito com a lei, que marca a história das políticas sociais de atendimento a criança e ao adolescente no Brasil. (SILVA, MACEDO, 2020, p. 110).

Também o CRAS se confronta ao dilema de identificar a população assistida e, dentro dela, a convivência com autores de atos infracionais, especialmente os cometidos por crianças ainda inimputáveis, por vezes encaminhados pela escola. Defini-los enquanto alvo de proteção ou denúncia traz à tona um limite tênue entre os equipamentos, suas funções e atribuições. Dentro deste sistema intrincado se encontram as crianças e adolescentes recrutados pelo crime na própria região vulnerável em que vivem, competindo especialmente com a escola.

Este é o contexto apresentado pelos internos do sistema socioeducativo visitado para esta pesquisa, em que relatam seu primeiro rompimento com a trajetória legal na desvinculação com a escola. Um dos internos verbaliza “Nós estamos tirando férias né! Eu vou parar de ir à escola ... minhas férias estão acabando”. Entre os cerca de vinte internos que participaram desta pesquisa em 2019, em encontros semanais promovidos por ação de extensão universitária da Faculdade de Medicina no Centro Socioeducativo, somente um não apresentava distorção idade-série. Percebe-se, no entanto, que é mantido um percurso dentro da assistência social, no entanto, relacionam-se com desconfiança. Essa tensão se inicia no contato das famílias com os conselhos tutelares, perpassam os equipamentos do SUAS e culminam nas medidas de restrição da liberdade, tal como uma carreira infracional.

Atuação dos conselhos tutelares junto aos adolescentes em conflito com a lei

Como órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD) estabelecido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) o conselho tutelar foi pensado para desjurisdicionalizar e agilizar o atendimento prestado a população infanto-juvenil (BRASIL, 2010). Como órgão autônomo não está vinculado ao SUAS e a qualquer outro sistema ou órgão. Constitui sua atuação não no julgamento, mas na ação reivindicativa a partir da violação de direitos e, neste ponto, pode se articular com o sistema de assistência social e de segurança pública. A desjurisdicionalização tem papel maior do que simplificar a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, uma vez que a participação judicial na determinação de encaminhamento dos autores de atos infracionais marca uma semelhança real e, portanto, de grande simbolismo prático, entre o sistema socioeducativo e o sistema prisional.

Pensando especificamente na trajetória infracional da criança e do adolescente, estaria em uma posição privilegiada para resgate e direcionamento a uma trajetória legal, na medida em que se afasta dos propósitos de julgamento e punição. No entanto a realidade das ações desenvolvidas pelos conselhos tutelares tem sido outra, demonstrando uma lógica que os direciona a atos jurídicos, mesmo na ausência de uma prerrogativa legal.

O que chamamos de jurisdicionalização das práticas é a presença de modelos de atuação característicos do Poder Judiciário, que acabam sendo adotados, mesmo em espaços que não detêm tal poder, mas que, por serem revestidos de certa autoridade e terem como fundamento para a sua prática o termo da lei, assumem tais formas como as adequadas para o seu exercício. Do nosso ponto de vista, é esta a lógica que tem pautado algumas das práticas dos conselhos tutelares. (DO NASCIMENTO, SCHEINVAR, 2007, p. 153).

O resultado da adoção de práticas nos moldes judiciais afasta os conselhos tutelares da estratégica posição para resgate efetivo dos sujeitos que se direcionam a uma trajetória infracional e, ao invés disso, parece demarcar seu início como uma primeira etapa dentro deste caminho.

Assim, buscar enquadramento para conflitos, tensões, desavenças; convocar o conselho tutelar para enquadrar as pessoas ou ameaçar estudantes e famílias de encaminhá-los ao conselho tutelar é uma forma de abortar as possibilidades livres de conhecimento e reconhecimento das relações, dos interesses, dos incômodos, na busca que “a lei” dê um jeito neles e, nessa medida, de criminaliza-los. (SCHEINVAR, 2012, p. 49).

Esta conduta pode ter ainda uma consequência subjetiva importante já que assumem o julgamento como direito e a vigilância como usufruto da cidadania.

Em particular, o julgamento feito pelo conselho tutelar é produto não só da ação de sua equipe interna, mas de um consenso alcaguetado disseminado pela população, fazendo-a crer em sua responsabilidade em favor da justiça ou, dito de outra forma, contra a injustiça. A injustiça é, então, a não aplicação da lei, e a aplicação da lei é dever de cada cidadão. A subjetividade penal enquadra as relações em termos de segurança. Práticas biopolíticas vão disseminando-se, tornando cada cidadão, ou seja, cada ser livre com direitos, um policial. Interessante pensar o que se policia, quando não se criam movimentos que enfrentem as condições de depredação da vida humana. Sob essas circunstâncias, nada mais pode ser policiado que o comportamento individual e, em particular, do pobre. (SCHEINVAR, 2012, p. 50).

Reconhecer o atendimento da criança e/ou adolescente que comete um ato infracional, ou mesmo parece tender a cometê-lo, dentro de uma lógica da segurança e falta dela, estabelece sua interface com a segurança pública.

Entre a escola, SUAS, SINASE e a segurança pública

Equipamentos do SUAS são estabelecidos em áreas socialmente vulneráveis, onde o tráfico de drogas e outras práticas criminais alicia menores, levando a adesão a essas atividades ilegais (FARIA, BARROS, 2011, p. 536). Neste cenário, atende de forma indiscriminada aos já envolvidos ou não com atividades ilícitas. Por outro lado, a presença policial no cotidiano destas mesmas comunidades é lembrada na fala dos adolescentes quando relatam “que não podem descer para o asfalto” sem serem parados para uma revista policial, fazendo uma referência pautada na falta de pavimentação nas vias dos aglomerados urbanos da cidade de Belo Horizonte. Um dos adolescentes demonstra a vontade de se formar como advogado para ajudar os demais uma vez que, segundo ele “a polícia forja”. Outro adolescente acrescenta que foi apreendido porque “a polícia forjou para ele”. E reitera “a gente tem direito, mas não tem!”. No entanto, não conhecem pessoalmente nenhum advogado, mas relatam “que já viu na televisão”⁴.

Desde modo, percebe-se que a ação policial demarca com mais clareza o que está sendo esperado de cada um desses adolescentes: que já sejam ou se tornem autores de atos infracionais. A ação conjunta de qualquer dos equipamentos voltados para

⁴ Fala registrada em relatório de observação participante sobre encontro com os adolescentes no Centro Socioeducativo, durante a ação de extensão universitária no ano de 2019.

assistência com os agentes de segurança é, por fim, identificada com o processo de vigilância do Estado. Em termos de trajetória, seja a ameaça dos conselhos tutelares em registrar ocorrências policiais, seja a vivência no cumprimento de medidas em regime aberto, efetivadas no CREAS, as experiências parecem compor um caminho que pode culminar na internação socioeducativa.

No contexto da internação socioeducativa se estabelece, por fim, um cenário constituído no âmbito da segurança pública, se afastando definitivamente da assistência e marcando uma linha limítrofe para possibilidade de retorno. É o caso percebido em Minas Gerais, onde a gerência do regime de internação socioeducativa por parte do Estado se dá através da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), igualmente responsável pelo sistema prisional. A fala de um dos adolescentes, sobre a possibilidade de realizar curso profissionalizante, sinaliza a associação entre os sistemas socioeducativo e prisional. “Pá vem cá e pá, vou te tirar do mundo das drogas. Eu fiz curso na cadeia de confeitiro. Aí o dono da padaria da sua quebrada te dá uma moral”.

No entanto, não está assim previsto pelo SINASE, que atribui a este processo de internação caráter formativo e traz preceitos pedagógicos claros voltados à recuperação e estabelecimento de vínculos. Porém a visão repassada pelos adolescentes, de um sistema muito parecido com o prisional, é também relatada em pesquisa realizada com agentes socioeducativos.

Alguns agentes declararam que o que mais os deixa temerosos dentro da unidade é a convivência com os adolescentes, ou seja, o contato direto com eles, que possuem regras de convívio muito aproximadas daquelas que vigoram no sistema penitenciário. (...) Quase todos os entrevistados responderam ser a favor da redução da maioria penal, pois afirmaram que os adolescentes internos sabem o que estão fazendo e merecem “pagar” pelo que fizeram, independente da idade. Afirmam, então: “não estuda hoje quem não quer; se parte pro crime é porque quer”, “ninguém tem nada a ver com as mazelas dos outros” e ainda, “16 anos pra lá, já tá bom”. Contraditoriamente, os mesmos agentes de segurança afirmaram que acreditam na medida socioeducativa, considerando que ela é suficiente e que apenas os adolescentes que não querem, não são capazes de mudar de comportamento. (PIMENTEL, RODRIGUES, SILVA, 2016, p. 292).

No que concerne ao percurso de atuação do projeto de extensão em que se baseia este trabalho, percebeu-se que escola tem papel primordial para manter o adolescente em um caminho que culmine em trabalhos formais. Neste sentido, o afastamento do adolescente da escola traz o sentido inverso, ou seja, de aumentar sua vulnerabilidade ao comportamento desviante.

No centro socioeducativo visitado, por exemplo, definiu-se como primeira ação em 2019 a criação de vínculos através de encontros efetivados semanalmente. Nos primeiros momentos os adolescentes se apresentaram e buscaram contar os motivos de estarem ali, não pela infração cometida em si, mas revelando o sentido de trajetória. Cantam uma música de *rap* chamada “Perdoa Mãe” cuja letra todos conheciam, decorada por força de representação da mesma. Escrita por MC Alê, nome artístico do adolescente Alexandre Custódio, acumula expressivo número de visualizações no site *YouTube*.

Perdoa mãe, por eu não ter ouvido a senhora; perdoa mãe a todos os conselhos que eu joguei fora; perdoa mãe, por eu ter abandonado a escola; sei que a senhora só chora quando me vê nesse mundão de maloca. Mundão girou, mundão girou; e as contas de casa nós quitou; Deus abençoou, Deus abençoou, Deus abençoou; eu pedi perdão pra ela e ela me perdoou. (MC ALE, 2019).

A letra reflete como assumem a conduta infracional em um contexto de necessidade “quitando contas da família”, responsabilidade de adultos. Assumem a culpabilização social e jurídica, mas buscam a compreensão da própria família e a justificação religiosa. Também retoma o abandono da escola para entrada no “mundão de maloca”. O mundo maior do que a sociedade traça como convencional é maior que ela mesma, ou seja, foge ao controle dos regramentos, “mundão”. “Maloca” é uma variação popular para “maloqueiro” termo pejorativo para aquele que vive a margem da sociedade. A mãe aconselha e coloca na escola, mas não tem dinheiro para pagar as contas. O adolescente paga as contas com dinheiro conseguido na marginalidade, não precisa da aceitação da sociedade porque já foi julgado e condenado antes de cometer qualquer ato infracional. A mãe perdoa e a Deus não é preciso pedir perdão porque, mais do que isso, Ele abençoa, ou seja, concede, porque o adolescente assume cuidar da família onde a sociedade não consegue.

O SINASE coloca como objetivo da presença dos mesmos em regime de internação: o conjunto de ações voltadas à responsabilização do adolescente; integração social com garantia de direitos; e a desaprovação da conduta infracional (BRASIL, 2009). Colocadas em conjunto deixam a cargo dos executores o enfoque dado às medidas. O que se observou nesta pesquisa é uma gerencia de unidade bastante comprometida, porém limitada por recomendações focadas nos aspectos de segurança.

Passada a fase de aproximação iniciada em 2019, tornou-se necessário o planejamento das ações subsequentes. Para tanto, demandou maior compreensão dos

processos desenvolvidos no dia a dia da unidade, o que foi realizado no início de 2020. No entanto, encontrou-se um entrave vindo com a pandemia por Covid-19, onde os adolescentes internos não poderiam mais receber visitas presenciais.

Procedimentos Metodológicos

A ação educativa foco do presente trabalho foi nomeada de “Caminhos de Papel”, isso porque propôs a escrita de um livreto, no tocante a uma viagem, com ilustrações construídas com origamis. Foi inicialmente elaborada para dar continuidade à atuação junto a adolescentes cumprindo medida socioeducativa em regime fechado, como recurso de superação das limitações metodológicas impostas pela pandemia.

Dentro do contexto da extensão universitária, vários encontros já haviam sido conduzidos em 2019 entre os pesquisadores e vinte adolescentes de um centro socioeducativo (CSE) da cidade de Belo Horizonte, voltado a adolescentes com idade entre doze a quinze anos. Nos encontros eram desenvolvidas atividades de caráter educativo, com foco na promoção da saúde e prevenção da violência. No entanto, eram desenvolvidas presencialmente e, por isso, em 2020 foram interrompidas pela necessidade de isolamento, para os cuidados referentes a pandemia por Covid-19.

Durante o ano de 2020 o CSE realizou adaptações para possibilitar encontros virtuais entre os adolescentes e seus parentes, além de reiniciar as aulas ministradas por professores de uma escola estadual do bairro. As salas de aula e sala de televisão do CSE receberam infraestrutura para videoconferência. Assim, os pesquisadores foram convidados a voltarem às atividades junto aos adolescentes através dos recursos audiovisuais disponíveis. Os encontros foram retomados no ano de 2021 de forma virtual.

No entanto, foi percebido logo no primeiro encontro em 2021 que os recursos foram pensados para favorecer aulas expositivas. Isto porque os adolescentes conseguiam ver e ouvir perfeitamente, mas não era possível que respondessem claramente, uma vez que não havia um sistema de microfone para eles. Percebeu-se que os recursos audiovisuais atendiam uma previsão de atuação dos pesquisadores, professores, familiares dos adolescentes enquanto os condutores de conhecimento a ser repassado, mas não trocado, ou seja, sem privilegiar o diálogo.

Para superar esta limitação surgiu a necessidade de construção dialógica mediada por símbolos. Assim, teve como princípio o uso de materiais de manuseio

prático e de representatividade visual como linguagem para comunicação. Neste sentido, foram utilizadas músicas, imagens e a produção de origamis. A temática desenvolvida em vários encontros virtuais teve foco no sentido de trajetória, para reflexão sobre a vida. Abriu possibilidades de simbolização, fortalecendo a representação de si mesmo, do mundo, como é encarado individualmente e de forma coletiva. Foi desenvolvido em grupo, embora tenha tido como produto final trabalho individual.

A ação teve vínculo com a extensão universitária conduzida por equipe multidisciplinar e, sua construção metodológica se deu entre os métodos de estudos linguísticos, embora com enfoque na promoção da saúde. Assim, foi configurado no escopo das propostas teórico-metodológicas de Bakhtin (2006), considerando-se que a “compreensão das relações alteritárias construída pelo Círculo de Bakhtin contribui para a formulação do enunciado como um elo da complexa rede de outros enunciados, estabelecendo com todos eles relações dialógicas de variados níveis” (DE SANTANA, MIOTELLO, 2020, p. 54).

Ou seja, propôs-se a criação de uma obra na forma de livreto, onde as palavras teriam igual significado que os origamis escolhidos, cores e diálogos estabelecidos na própria construção da história. Desta forma, o livreto poderia ser lido por qualquer pessoa que a ele tivesse acesso, porém, seu significado estaria atrelado aos que escreveram e seus contextos. Nesse “direcionamento argumentativo, tornam-se imprescindíveis os aspectos histórico-sociais para compreensão da linguagem e dos sujeitos que a mobilizam” (DE SANTANA, MIOTELLO, 2020, p. 54). Tratou-se, desta forma, como produto final de uma construção dialógica e polifônica, que poderia então ser discutido a luz dos significantes e significados.

Os resultados obtidos com os adolescentes do CSE motivaram o uso da mesma metodologia em outros cenários, em encontros presenciais desenvolvidos nos anos de 2021 (CRAS) e 2022 (escola e CREAS). Assim, a mesma atividade foi conduzida na Escola Estadual “Padre João de Santo Antônio” localizada na comunidade quilombola de Pinhões, no CRAS Bom Destino e CREAS São Benedito, da cidade de Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte/MG.

Nesta atividade estiveram envolvidos oito adolescentes internos do CSE, com idades entre quatorze e quinze anos. Na escola, envolveu dezessete adolescentes com idade entre quinze e dezesseis anos, cursando o primeiro ano do Ensino Médio, no contexto da disciplina inaugurada pelo Novo Ensino Médio e chamada Projeto de Vida.

No CRAS envolveu a participação de oito adolescentes com idade entre doze a quinze anos, todas do sexo feminino, embora tenha sido emitido convite a todos os frequentadores do CRAS através da administração da unidade. No CREAS envolveu nove adolescentes com idade entre dezesseis a dezenove anos, todos do sexo masculino, em cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC.

Considerou-se o valor do simbólico nas mais diversas representações que se abrem àqueles que querem ser ouvidos e vistos, mas não conseguem consolidar anseios em palavras. Foi conduzida através de vários encontros, com variações que estiveram vinculadas ao anseio de fala dos participantes, estando os mesmos abertos para conduzir até que ponto preferiam tratar de cada parte da atividade. A história que ia sendo produzida coletivamente remete a uma viagem, onde o primeiro a ser escolhido seria o meio de transporte. Escolhia-se o que levar, quem levar, indo ou não sozinho, quem os deveria guiar, as expectativas quanto a ela. Em um segundo momento, trabalhou-se o meio do caminho, ou seja, desafios e a força que cada um encontra para enfrentá-los. O terceiro momento focou na chegada, o que se concluiu com a trajetória, o que se esperava do retorno.

Trabalhou-se o conceito de vida em busca de uma ressignificação, associada ou não a alguma realização prática e anseios pessoais, sonhos diferenciados de metas e objetivos. Buscou-se identificar valores e apegos, sejam familiares, de amizade ou institucionais. Valorizou o compartilhamento de um pouco da vida pessoal de cada um, quando discutidos os obstáculos e as qualidades que acreditavam ter para enfrentá-los. Ao final, a produção concreta de um livreto estabelecia uma ligação entre os membros do grupo, e assim, ao mesmo tempo em que valorizava individualidades e identidades, trabalhava-se também a coletividade. Foi planejada inicialmente envolvendo duas etapas para serem realizadas em quatro dias, mas somente no CRAS foi possível manter a programação.

Em função das discussões suscitadas, desenvolvimento dos origamis e diário de bordo, a ação foi desenvolvida em oito dias de encontros com duração de uma hora no CSE, oito no CREAS e nove na escola. No CREAS, surgiu-se a oportunidade de incluir uma oficina de grafite, onde os adolescentes representaram a atividade desenvolvida pintando as paredes da sala voltada ao atendimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Foi um momento bastante cativante e único que contou com um voluntário para conduzir as técnicas de grafite (FIGURA 1).

FIGURA 1: Oficina de grafite desenvolvido no CREAS como desdobramento da ação “Caminhos de Papel”.



Fonte: Arquivo dos autores.

A Figura 2 apresentam o planejamento da primeira etapa da ação educativa. Com os materiais desenvolvidos nos primeiros dias, montaram-se os livretos com as histórias individuais, embora também coletivas. Esses livretos foram apresentados aos participantes enquanto produto.

FIGURA 2: Planejamento da atividade “Caminhos de Papel”, primeira etapa.

PRIMEIRO DIA		
Temática: Liberdade, Asas de Papel.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Apresentam-se as pessoas presentes. Apresenta-se a proposta de trabalho.	Uso da música Aquarela, de Toquinho. Origami de pássaro para simbolizar a liberdade.	Fala-se de liberdade, importância e limites. Propõe-se a construção de uma história, explica-se como será, sobre os origamis e o diário de bordo.
Temática: Prioridades - A partida.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Escolha dos meios de transporte, o que levar, quem levar, o que os guia.	Origami dos meios de transporte. Pedir que escrevam nos origamis o que vão levar para a viagem, ou quem. Escolher guia, origami do guia.	Conversar sobre o que é importante em nossas vidas, entre coisas, pessoas, religiosidade.
SEGUNDO DIA		
Temática trabalhada: Entre sonhos e metas – Caminho de borboletas.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Tratar sobre expectativas quanto à viagem e obstáculos do caminho.	Origamis de flor (meta), borboleta (sonho) e bruxa (obstáculo). Pedir que escrevam nos origamis seus sonhos e metas.	Fala-se de sonhos, metas e sobre obstáculos.
Temática trabalhada: Qualidades – Valorização pessoal.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Tratar sobre o enfrentamento das dificuldades.	Origami de coração, onde se escreve as qualidades de cada um para enfrentamento dos obstáculos.	Conversar sobre qualidade de cada um, como enfrentam dificuldades do dia a dia.
TERCEIRO DIA		
Temática trabalhada: Transformação – Traduzir-se.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Desenvolver a temática de autossuficiência.	Escolhem-se origamis para representar os meios de transporte como animais. Meio de transporte terrestre por animais terrestres e, assim, sucessivamente.	Chamar a atenção para qualidades antes discutidas, de enfrentamento de obstáculos, valorização das habilidades de cada um.
Temática trabalhada: Espaço pessoal – O retorno.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Finalizar a história.	Origami de casa. Pedir que escrevam o que pensam da própria casa no origami. Recolhem-se os origamis em saquinhos individuais com nomes.	Discutir sobre o melhor lugar para estar – a nossa casa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Cada participante recebia o seu livreto cujo título era construído partindo da seguinte proposta: o adolescente escolhia um nome fictício e um emblema para si mesmo, fazendo referência a alguma característica sua ou aspecto de sua vida, seguido do subtítulo comum a todos – A Jornada. Por exemplo, tivemos “Wallace, o sonhador em: a jornada”, “Rian o MC em: a jornada”, “Mateus, o trabalhador em: a jornada”, “João, o jogador em: a jornada”.

Na Figura 3 estão apresentados os livretos produzidos na escola, para uma ilustração do produto final.

FIGURA 3: Livretos produzidos na escola como parte da ação educativa “Caminhos de Papel”.



Fonte: Arquivo dos autores.

Após a produção gráfica dos livretos com as informações coletadas nos encontros, produção dos origamis e através das discussões, os mesmos eram apresentados aos adolescentes, conforme a segunda etapa do planejamento apresentado na FIGURA 4.

FIGURA 4: Planejamento da atividade “Caminhos de Papel”, segunda etapa.

QUARTO DIA		
Temática trabalhada: Enredo.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Apresentam-se as pessoas presentes. Retomar o que foi realizado anteriormente.	Contação de história – Já era uma vez.	Apresenta-se como foram utilizados os origamis para produção do livreto de cada um.
Temática trabalhada: O livreto.		
Objetivos	Técnicas	Pontos a serem enfatizados na discussão
Contemplar o livreto de cada um.	Cada adolescente é convidado a mostrar seu livreto.	Discute-se a experiência de se ter um enredo que conduz a história em livreto.
CONFRATERNIZAÇÃO FINAL		
Temática: Finalização.		

Fonte: Elaborado pelos autores.

A contação de história proposta para o início da segunda etapa se trata da leitura do texto de Paulo Leminski intitulado “Já era uma vez” (2004), e foi utilizada para propor discussão sobre protagonismo de vida, ressignificação de trajetória, escolhas e de como os adolescentes percebem sua presença no mundo. Assim, a apresentação final do livreto aos adolescentes autores teve também o objetivo de os fazer reconhecer na obra, assim como os demais que nela participaram. Procurou-se evidenciar o dialogismo que “se deixa ver ou entrever por meio de muitas vozes” e, assim, na verdade, um

“dialogismo polifônico” (RECHDAN, 2003, p. 46). Em relação aos aspectos éticos e legais, o projeto contou com autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CAAE: 65360422.6.0000.5149). Obteve anuência das respectivas diretorias de cada unidade envolvida, com o apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através de atuação em parceria com a Vara de Atos Infracionais da Infância e da Juventude de Belo Horizonte e Corregedoria-Geral de Justiça.

Resultados e discussão

Os resultados estão apresentados na sequência em que a história foi construída pelos adolescentes, ou seja, nas etapas de discussão sobre as seguintes definições: conceito de liberdade; meio de transporte a ser utilizado na viagem; o que levar; quem levar; quem ou o que os guia na viagem; metas e sonhos; desafios; obstáculos; qualidades pessoais para enfrentamento dos obstáculos; troca dos meios de transporte por animais que os representem; retorno a casa.

Desta forma a história se inicia com o seguinte texto a ser completado: Fulano (nome fictício escolhido por cada um) e alguns adolescentes resolveram sair em uma aventura juntos. Todos queriam ser livres como pássaros! (origami de pássaro) Para Fulano liberdade é (definição de liberdade de cada um).

Para os internos do CSE discutir sobre liberdade foi tratar de algo bastante palpável, pois associaram imediatamente ao seu oposto, ou seja, com a privação de liberdade. Neste sentido, consideraram a liberdade como não estarem reclusos. Notou-se que a palavra apareceu nos livretos do CSE em vários pontos, como objetivo de vida, por exemplo. Já no CREAS definiram liberdade como fazer o que se deseja, fazer escolhas e viajar. Na escola a liberdade foi definida como poder agir sem ter que pedir permissão. Neste sentido, fizeram referências quanto aos anseios de se desvincularem das expectativas familiares e do controle da escola. No CRAS foi associada a responsabilidade e a consequência de escolhas mal feitas.

O texto continua com o seguinte trecho: Cada um escolheu seu meio de transporte, o que levar na bagagem e quem chamariam para ir junto. Tem quem preferiu ir de (meio de transporte com seus respectivos origamis). Foram guiados por (apresentou-se a opção de escolha entre uma representação religiosa, uma bússola ou uma pessoa de confiança, com origamis respectivos). Registravam o que ia acontecendo em um diário de bordo.

Sobre a escolha do meio de transporte, no CSE houve uma prevalência de carros, com descrições exatas entre marcas famosas e cores. Um adolescente pediu para que seu carro fosse cromado, por exemplo, o que demandou a produção do origami em papel alumínio. Citaram também o trem como meio de transporte, fazendo com que fosse necessário elaborar um origami que o representasse. No CREAS houve prevalência da escolha por motos, embora também tenha aparecido carros de marcas famosas, especificaram cores e estilos. No CRAS as escolhas variaram entre avião, carro e barco de uma forma genérica, focaram na produção de origamis bem simples e conhecidos. Observou-se que na escola foram mais adeptos a uma proposta de fabulação, com escolhas curiosas, tais como um tapete mágico. É válido ressaltar a importância da contação de histórias e fabulações para a comunidade quilombola, onde a tradição oral é prática compartilhada e valorizada.

Todos no CSE escolheram serem guiados por Deus na jornada, com origami de anjo. Foi possível observar que a religiosidade é um ponto importante para os adolescentes internos, embora não relacionassem fé com a igreja, em termos institucionais. Neste sentido, não relatam serem frequentadores de qualquer igreja, não citam religiões específicas, mas citam constantemente a fé em Deus, inclusive em vários pontos da história construída. Foi possível observar que o apego religioso é verbalizado enquanto força para superar a angústia decorrente do sistema de internação.

Tanto no CRAS como no CREAS os adolescentes escolheram serem guiados por Deus, produzindo origami de anjo, embora também tenham revelado não serem frequentadores de alguma igreja. Enquanto no CREAS e CSE foi possível perceber que, de fato, não se identificavam com religiões específicas, no CRAS as adolescentes somente parecem não gostarem de serem consideradas religiosas. Em certa medida, a igreja enquanto instituição não parece atrativa a estas adolescentes. No bairro onde vivem há uma atuação forte da Igreja Católica e das evangélicas, mas nenhuma delas foi citada pelas adolescentes.

No entanto, na escola houve uma adolescente que pediu para se expressar em particular. Relatou ter vergonha de contar aos demais que não gostaria de fazer um origami de anjo, pois queria ser guiada por uma entidade chamada Exu Rosa. Por ser uma escola quilombola, foi considerado relevante que a adolescente compartilhasse com os demais sua escolha religiosa. A proposta foi aproveitar o momento e discutir diversidade religiosa e religiões de matriz africana. A adolescente concordou e, por fim, demonstrou satisfação em adaptar seu origami de anjo para Exu Rosa. O resultado desta

adaptação é mostrado na FIGURA 5, onde estão expostos alguns dos origamis de anjo produzidos no CRAS e, ao lado, origamis produzidos por adolescente da escola quilombola, substituindo o anjo por Exu Rosa. Nota-se, na aluna que se diz guiada por Exu Rosa, a busca por esconder dos demais sua opção religiosa, mas, ao mesmo tempo, um orgulho por se expressar nela. Vale chamar atenção de que a metodologia proposta, da construção da história coletiva, oportunizou tratar deste assunto muito delicado e importante para a comunidade quilombola.

FIGURA 5: Origamis produzidos para ilustrar a história construída na ação “Caminhos de Papel”.



Fonte: Arquivo dos autores.

Em continuidade a atividade de construção da história, prosseguiu-se com o texto a ser completado com quem convidariam para ir junto (nomes deveriam ser escritos nos origamis do meio de transporte), e o que levariam (coisas escritas nos origamis do meio de transporte). Em todos os cenários escolheram levar membros da família, embora tanto no CSE quanto no CREAS houvessem adolescentes que preferissem ir sozinhos. O isolamento de adolescentes em conflito com a lei foi observado nos dois locais, com alguns assumindo não viverem com suas famílias, apesar da idade. Também nestes dois cenários citaram levar “mulher”, o que remete a uma necessidade de mostrarem que são sexualmente ativos, ou, em outra medida, que assumem uma vida adulta. No CRAS, onde somente adolescentes do sexo feminino participaram da atividade, citaram a família e também animais de estimação.

Quanto ao que levar na jornada, entre os adolescentes do CSE não houve escolha por objetos, parecem retomar a chegada ao centro, quando foram obrigados a

entregarem seus objetos pessoais. Já os adolescentes do CREAS citam objetos que aludem a uma grande festa, citam especificamente trinta caixas de *whiskies*, por exemplo. Enfatizam a vida que valorizam, entre motos performáticas e grandes excessos. Esta postura festeira diante da vida se contrasta com a ausência de escolhas do que levar, por parte dos adolescentes no CSE. O processo de internação socioeducativa parece revelar aos internos uma realidade mais palpável das consequências de seu envolvimento em atos infracionais. Por outro lado, pode se relacionar ao sentimento de angústia provocada pelo isolamento, também evidenciada em outros momentos da criação da história. As adolescentes do CRAS citam a necessidade de levar comida. Na escola também citam necessidades práticas como levar dinheiro e roupa apropriada.

Na etapa seguinte foram produzidos mais dois origamis, de borboleta e de flor, os dois remetem a sonhos e metas, respectivamente. A ideia foi aludir a sonhos como algo mais vago e metas a algo mais concreto, fincadas no chão. O texto da história continua como: Ao longo do caminho os adolescentes contavam uns aos outros sobre seus objetivos e sonhos. Fulano tinha como objetivo (a ser escrito na flor) e o sonho de (a ser escrito na borboleta). E assim iam se conhecendo, compartilhando seus objetivos e sonhos!

Os adolescentes do CSE pedem por paz, sair do regime de internação, repetem a busca por liberdade. Quanto aos sonhos citam “ajudar a coroa” (como chamam suas mães), estudar, trabalhar, ser jogador de futebol. No CREAS buscam por uma vida confortável. No CRAS as adolescentes citam anseios profissionais, querem ser polícia, professora, médica. Sonham com carreiras artísticas como de cantora, dançarina, atriz. A possibilidade de sucesso através da fama parece ocupar um imaginário de caminho para superação das dificuldades econômicas e sociais dos adolescentes (ROTTMANN, RATTO, GERALDI, 2022).

Na escola também falam de profissões. No entanto, foi interessante a frequência com que as adolescentes na escola manifestaram sonhar com o casamento e filhos. A comunidade quilombola tem fortes laços familiares entre eles, casam-se entre primos e parecem, de fato, ver a formação de uma família como meta de vida. Segundo Barroso (2017) “as mulheres de Pinhões vivem em uma comunidade que recebeu da sociedade todo o reflexo de uma tradição hierarquicamente patriarcal” (BARROSO, 2017, p. 131). Gonçalves (2019) também relatou a importância da mulher enquanto esposa e mãe, ao relatar seu estudo sobre o ser quilombola, mulher e negra em Pinhões. Cita que “o lugar da mulher-mãe é bastante evidente, quer seja pela presença dos filhos na casa dos pais

indo ver a mãe, nos almoços de domingo, na devoção a Nossa Senhora do Rosário aquela que cuida de seus filhinhos” (GONÇALVES, 2019, p. 62).

Dando sequência a história os adolescentes deveriam completar o texto: No caminho os adolescentes encontraram muitos desafios como (palavras a serem escritas no origami de bruxa). As palavras escolhidas pelos adolescentes na escola trazem a repercussão de uma vida em comunidade vulnerável, tais como “fome” e “conseguir ficar vivo”, citam os “próprios pensamentos” e “saúde mental”. No CRAS as adolescentes também citam sentimentos como medo e tristeza. No entanto, encaram os desafios como oportunidades e, assim, desenharam com carinho nos origamis de bruxas, como mostra a imagem na Figura 6 (foto à esquerda).

FIGURA 6: Origamis produzidos para representar obstáculos no CRAS (esquerda) e no CSE (direita).



Fonte: Arquivo dos autores.

No CSE a postura dos adolescentes em relação aos desafios foi bem distinta dos demais, pediram por mais origamis e fizeram três: um para simbolizar inimigos específicos (origami de bruxa), um para circunstância ruim e outro para sentimentos (origamis de dragão e de moinho de vento, porque a discussão suscitou o uso do exemplo da trajetória de Dom Quixote, para explicar a proposta da jornada). Esta diversidade de origamis produzidos no CSE é mostrada na Figura 6 (foto à direita). Citaram nominalmente inimigos, explicaram contextos em que atribuíam aos conflitos com outras pessoas o motivo de estarem em regime de reclusão. Os adolescentes não escreviam diretamente em seus origamis, devido às restrições no manuseio de materiais durante a pandemia. No entanto, os pesquisadores anotavam e imprimiam os escritos

em papel que, posteriormente, eram colados. Foi combinado que não se escrevesse o nome das pessoas citadas pelos adolescentes, sendo representadas somente pela inicial. Alguns citaram como obstáculos a polícia enquanto inimiga, sentimentos de raiva, ódio, ganância, além do que chamaram de “pensamentos sombrios”.

Este momento foi especialmente marcante no CSE, rendeu muita discussão e compartilhamento de história de vida. Esta discussão não foi tão intensa no CREAS, em que a polícia foi citada primordialmente como obstáculo. Em um comparativo, vemos que a polícia é citada em todos os cenários. Na escola e no CRAS é citada enquanto aspiração profissional. Já no CSE e CREAS é colocada na posição de inimiga a ser enfrentada e, neste sentido, enquanto obstáculo no caminho.

O texto continua para a composição da história: Apesar dos obstáculos os adolescentes tinham como enfrentá-los, pois, no fundo dos seus corações estava a força de cada um (escrever no origami de coração). No CSE citaram novamente a Deus e também a família. Citaram coragem, que foi o que predominou também nos demais cenários. Observou-se no CREAS que, tanto no momento de escrever no origami da bruxa quanto no coração, os adolescentes optaram em escrever dentro dos mesmos, de forma que não poderiam ser lidos por outros. Esta escolha ilustra o comportamento arredio que esteve presente em todos os encontros, mais aflorado do que o apresentado pelos adolescentes do CSE. Os adolescentes do CREAS manifestaram desconfiança em todos os encontros, participando das atividades de forma bastante tímida.

Por fim, a jornada termina com o retorno para a casa, seguindo o texto a ser completado: Ao final os adolescentes perceberam que todo o caminho os levava, na verdade, para a casa de cada um. Para Fulano sua casa é (palavra escrita no origami de casa). Perceberam que não precisam de (citar os meios de transporte escolhidos), pois eram como animais velozes e corajosos, tais como (origami de animais escolhidos para substituir os meios de transporte).

Os adolescentes do CSE associam suas casas principalmente com a família, muitos citam especificamente a mãe e fé em Deus. A família prevalece como referência para os demais cenários, sendo também citada como porto seguro no CRAS, refúgio e proteção na escola. Quanto a substituição dos meios de transporte por animais, tanto no CRAS, CREAS e escola os adolescentes escolheram animais fáceis de serem reproduzidos em origamis – peixe, cachorro e pássaro. No entanto, no CSE quiseram animais que remetiam também a força, como o leão e o dragão.

Observaram-se relevantes diferenças entre a postura dos adolescentes da escola e CRAS, em um comparativo com o CREAS e CSE. Tanto na escola quanto no CRAS os adolescentes se mostraram respeitosos, buscaram discutir identidades. Demonstraram a procura em se desvincularem dos ordenamentos da escola, da igreja e dos pais, não como um enfrentamento, mas como forma de manifestação de seu processo de crescimento. Não aludiram a um rompimento com a família ou com as instituições, mas um caminhar com base em seus próprios anseios. Neste sentido, embora tenham mostrado de forma repetida contrariedade em relação as instituições, apoiam-se nas mesmas.

Com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, seja em regime aberto ou fechado, o relacionamento com instituições como escola, igreja e equipamentos da assistência social é baseado em desconfiança. Apresentaram-se arredios. Os adolescentes internos verbalizaram insistentemente o descontentamento com a situação em que se encontravam. Citaram sentimentos fortes como raiva, ódio, e descreveram “sentimentos sombrios que passam pela cabeça” com relação a ideação suicida.

Assim, quando na escola e no CRAS os adolescentes descrevem estes ambientes como controladores, mas demonstram se sentirem seguros e amparados. Já no CREAS e CSE demonstram se antagonizarem aos ambientes em que se encontram, estando claramente descontentes por estarem nestes locais. Não se sentem apoiados nestas unidades, somente punidos. Percebe-se que este sentimento acaba se estendendo às experiências anteriores, vivenciados na escola e, eventualmente, no CRAS. Assim, perpassam por suas lembranças sentimentos de contrariedade, trazendo o sentido de trajetória iniciada na escola, culminando em cumprimento de medida socioeducativa.

Relata-se aqui o exemplo de Pedro (nome fictício de um adolescente participante da ação educativa no CREAS). Já era conhecido da equipe de pesquisadores pela mesma contar com um professor que atuou na escola em que Pedro estudou. Trata-se da Escola Municipal “Jaime Avelar Lima” que atende ao bairro Bom Destino, onde está situado o CRAS participante desta pesquisa. Pedro cometeu ato infracional no território de atuação do CRAS Bom Destino e estava cumprindo medida socioeducativa no CREAS São Benedito, por este ser o único da cidade de Santa Luzia.

Na escola, Pedro apresentava comportamento respeitoso, mas não tinha um bom desempenho com os conteúdos. Era conhecido da equipe do CRAS, sendo a família frequente nas atividades oferecidas. No entanto, veio a participar da pesquisa no

CREAS, cumprindo medida socioeducativa em regime aberto. Relatou ter se envolvido com o tráfico de drogas no bairro Bom Destino como forma de conseguir dinheiro, uma vez que não conseguiu evoluir nos estudos. Relatou suas tentativas de voltar para a escola, mas a diretoria insistiu que ele deveria procurar um sistema de supletivo, ou a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Seu relato é semelhante a outros obtidos durante a pesquisa, com a desvinculação da escola como ponto de partida para o envolvimento com atos infracionais, e a manutenção de uma relação de acompanhamento por parte dos equipamentos da assistência social.

Pedro esteve em regime de internação socioeducativa de forma temporária, até a definição pelo cumprimento de medida em regime aberto. Sua dificuldade em voltar para escola e terminar os estudos tanto ocorreu em decorrência da desconfiança da administração da escola em relação ao adolescente, quanto da sua própria dificuldade cognitiva com os conteúdos escolares. Como o adolescente agora já tem mais de dezoito anos, qualquer novo envolvimento com atos ilícitos poderá conduzi-lo ao sistema prisional. Assim, o esforço para terminar os estudos e conseguir trabalho formal é o ponto que poderia definir sua trajetória de vida.

Neste sentido, a escola e o CRAS cumprem bem seu papel protetivo, dentro de um compromisso subjetivo entre as partes, onde se estabelece o comportamento socialmente aceitável. Por outro lado, o afastamento destes ambientes acaba favorecendo o sentimento de “liberdade” para o comportamento desviante. A presença da criança e do adolescente na escola se mostra estratégica para os manterem em um ambiente minimamente ordenado, que se relaciona a um sentimento de cidadania, ou seja, de pertencimento a uma organização social.

Realizando uma análise semântica das palavras utilizadas pelos participantes da pesquisa foi possível distinguir entre os adolescentes em conflito com a lei uma postura mais agressiva. Esta agressividade se expressa entre eles, com relação aos ambientes em que se encontram, com a vigilância constante promovida por órgãos de segurança e, até mesmo deles consigo mesmo, culminando em ideação suicida, especialmente no CSE. Verbalizaram contra toda sua trajetória de vida, ao lembrarem inimigos e os confrontos com a polícia. No entanto, para estes adolescentes a atividade teve maior impacto quanto à ressignificação de suas possibilidades na vida. Isto ficou evidente na evolução com que participavam das atividades, os diálogos estabelecidos, revelações pessoais como a verbalizada sobre “sentimentos sombrios” no CSE, por exemplo. Demonstraram compreensão quanto ao propósito da ação educativa.

O diálogo promovido pela atividade possibilitou desvelar a relação de desconfiança estabelecida entre os adolescentes em conflito com a lei, a escola e assistência social. Enquanto estão na escola e/ou como frequentadores no CRAS, os adolescentes parecem ainda se sentirem em uma relação de apoio. Isto estabelece que, em seu imaginário, o rompimento com a escola se configura como ponto de partida definitivo para o comportamento desviante. Como recurso didático e metodológico, a ação educativa “Caminhos de Papel” se mostrou adequada a múltiplos propósitos. Desde a mais convencional, relacionada ao trabalho com a escrita e gênero textual, até sua proposta reflexiva quanto a um projeto de vida, autoconhecimento, valorização pessoal e identitária.

Considerações Finais

O SINASE é uma lei recente, instituída em 2012, para regulamentar a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Traz preceitos que rompem de forma histórica com a lógica puramente punitiva de atuação junto a eles. Envolve o CREAS, equipamento do SUAS, na municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, deixando aos estados responsabilidade quanto à medida em meio fechado. Sua execução tem encontrado desafios estruturais, com forte base na estigmatização da parcela pobre da população.

Para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado sua execução ainda não reflete a proposta de resgate com reinserção social e guarda muita semelhança ao sistema prisional. Delineiam uma convivência com a escola e os serviços de apoio assistenciais permeada de desconfiança. As intercessões entre os sistemas de educação, assistência, socioeducativo e segurança pública, ainda que não formais, reforçam percepções pautadas em um legado de punição e repressão. São, em conjunto, percebidos enquanto vigilância, ou seja, do acompanhamento do Estado daqueles de quem se espera uma conduta delitativa. Dificultam ações educativas pontuais, quando envoltas nas concepções de finalidades e direitos.

Estas foram algumas das impressões vindas da experiência na execução da ação educativa proposta, de construção coletiva de uma história, quando executada com adolescentes em conflito com a lei. Em contraposição, quando executada na escola e no CRAS, onde os adolescentes ainda demonstram vínculos institucionais de proteção, vemos que a proposta atingiu outros objetivos, na tentativa de ser instrumento de

ressignificação de trajetória. Na escola, por exemplo, evidenciou as particularidades da mesma enquanto situada em uma comunidade quilombola. Assim, possibilitou o desvelamento de questões identitárias, respeito e aceitação, reforçando ações de proteção contra as violências estruturais do racismo. Desta forma, o trabalho trouxe contribuição na construção metodológica de uma abordagem do adolescente em seus diversos meios sociais, para reflexão sobre a vida e inserção na sociedade.

Referências

BARROSO, Sandra Helena. O lugar do feminino na tradição oral do congado de Pinhões/MG: o rosto de Maria nas “Marias” devotas do rosário. *Annales Faje*, v. 2, n. 4, p. 129-140, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. In: *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006 [1979].

BRASIL. [Lei n. 6697 (1979)]. Institui o Código de Menores. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/548573/publicacao/15796833>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. [Lei n. 8.069 (1990)]. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. [Resolução nº 109 (2009)]. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: MDS. CNAS, [2020]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. 100 p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Resolução nº 139 de 17 de março de 2010. Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil, e dá outras providências. Brasília: CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2010. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=216542>. Acesso em: 25 abr. 2023.

DE SANTANA, Wilder Kleber Fernandes; MIOTELLO, Valdemir. O dialogismo como potencial teórico-metodológico ao ensino (de literatura): no horizonte de Bakhtin e o Círculo. *Revista Educação e Linguagens*, v. 9, n. 16, p. 53-69, 2020.

DO NASCIMENTO, Maria Lívia; SCHEINVAR, Estela. De como as práticas do conselho tutelar vêm se tornando jurisdicionais. *Aletheia*, n. 25, p. 152-162, 2007.

FARIA, Ana Amélia Cypreste; BARROS, Vanessa de Andrade. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. *Psicologia & sociedade*, v. 23, p. 536-544, 2011.

GONÇALVES, Carmen Regina Teixeira. Ser quilombola, mulher e negra: a agência do coletivo de mulheres Empodere Se do Quilombo de Pinhões. 2019. 182 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2019.

LEMINSKI, Paulo. Já era uma vez. In: LEMINSKI, Paulo. *Gozo fabuloso*. DBA, 2004.

MC ALE. Perdoa mãe. São Paulo: Kondzilla Records: 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JjA5fdPysjU&list=PLzFcNTgv49JIwsvIVQJKZnjN1NtwH6_V_&index=84&t=0s. Acesso em: 25 abr. 2023.

PIMENTEL, Elaine; RODRIGUES, Nathália; SILVA, Raísa Alves da. A prisionização de agentes de segurança socioeducativos das unidades de internação da superintendência de assistência socioeducativa (Sase) em Maceió e seus efeitos sobre a execução da medida socioeducativa de internação. *Revista da ESMAL*, v. 1, p. 275-297, 2016.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL [PNAS (2004)]. Resolução 145/2004. Brasília, DF: CNAS, [2020]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

RECHDAN, Maria Letícia de Almeida. Dialogismo ou polifonia. *Revista de Ciências Humanas*, v. 9, n. 1, p. 45-54, 2003.

ROTTMANN, Hans Gert; RATTO, Cleber Gibbon; GERALDI, Daniel Andrade. A profissão de jogador de futebol profissional: uma realidade factível ou um sonho distante para os jovens adolescentes brasileiros? *Research, Society and Development*, v. 11, n. 16, p. e339111637387-e339111637387, 2022.

SCHEINVAR, Estela. Conselho tutelar e escola: a potência da lógica penal no fazer cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, p. 45-51, 2012.

SILVA, Brisana Índio do Brasil de Macêdo; MACEDO, João Paulo. Municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto: O CREAS na cena do debate. *Revista Psicologia Política*, v. 20, n. 47, p. 102-118, 2020.

Recebido em abril de 2023
Aprovado em julho de 2023.